



RESUMO EXECUTIVO 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

Data: 07/11/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

PARTICIPANTES DO PLENÁRIO DA TRIPARTITE:

MINISTÉRIO DA SAÚDE: Swedenberger do Nascimento Barbosa, Isabela Cardoso de Matos Pinto, Ana Estela Haddad, Felipe Proenço de Oliveira, Jerzey Timoteo Ribeiro dos Santos, Adriano Massuda, Rivaldo Venâncio da Cunha, Maria Lucilene Martins Santos.

OPAS: Socorro Gross.

CONASS: Tânia Mara Silva Coelho, Jurandi Frutuoso, Roberta Silva de Carvalho Santana, Arimatheus Silva Reis.

CONASEMS: Hisham Mohamad Hamida, Cristiane Martins Pantaleão, Daniel Faleiros, Rodrigo Buarque F. de Lima, Edivaldo Farias da Silva Filho, Carmem Silva Guariente.

10ª Reunião Ordinária da CIT/2024 disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=DtrtLxTu0tM>

1. ABERTURA DOS TRABALHOS

00:30:26 - Swedenberger do Nascimento Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

00:33:53 - Socorro Gross – Representante OPAS/OMS no Brasil.

00:38:08 - Tânia Mara Silva Coelho – Vice-Presidente do Conass.

00:40:26 - Swedenberger do Nascimento Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

00:41:02 - Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

00:43:14 - Swedenberger do Nascimento Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

Destaque:

Swedenberger Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Saúde, iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes, os Secretários e demais trabalhadores do Ministério da Saúde, a representante da Organização Pan-Americana (OPAS), Socorro Gross, os representantes e as representantes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), os representantes e as representantes do Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). Também, cumprimentou os participantes on-line. Falou sobre as pautas previstas para serem tratadas nesse ano que estão densas e trazem algumas questões necessárias para serem realizadas, além daquelas que ficaram acumuladas. Informou que a ausência da Ministra se deu devido a compromisso com o Presidente da República.

Socorro Gross, Representante OPAS/OMS no Brasil, cumprimentou a todos os presentes e os que estavam acompanhando pela internet. Fez um cumprimento especial ao Secretário Executivo do Ministério da Saúde, parabenizando-o como representante do Ministério, bem como o presidente Lula, pelas atuações na reunião do G20 Saúde, o evento que reúne as representações da Saúde das 20 maiores potências econômicas do mundo. Disse que foi um momento histórico para Região das Américas, cuja a criação da Coalisão Global para Produção Local e Regional de medicamentos, vacinas e insumos estratégicos para a saúde, liderado



RESUMO EXECUTIVO 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

Data: 07/11/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

pelo Ministério da Saúde, fortalece as Américas e aquelas nações que precisam desse tipo de tecnologia. Falou das declarações formuladas e aprovadas no evento, destacando a resolução sobre as mudanças climáticas, e agradeceu o convite do Brasil para que a OPAS participasse como organismo regional. Adicionalmente, cumprimentou ao Conass e ao Conasems e disponibilizou os recursos da OPAS para apoiar os novos secretários municipais de saúde que estão tomando posse no ano de 2025.

Tânia Mara Silva Coelho, Vice-Presidente do Conass, saudou os presentes da mesa de abertura, ao Secretário Swedenberger, em nome de todos os secretários e técnicos do Ministério da Saúde, as bancadas do Conass e do Conasems. Agradeceu, inicialmente, a todos que participaram do Seminário Internacional sobre os Sistemas Universais de Saúde, promovido pelo Conass e falou sobre os desafios e, em especial, o envelhecimento da população, as mudanças climáticas, o financiamento e a dificuldade de recursos humanos na saúde. Explicou que são vários fatores que devem ser trabalhados para que possam manter os sistemas universais de saúde. Falou do 5º Congresso da ABRASCO, sobre planejamento e gestão do SUS. Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, cumprimentou os membros da mesa de abertura, os representantes do Conass e do Conasems, os presentes e os que estão assistindo pela internet. Falou sobre a importância da condução pelo Ministério nos temas tratados no G20 Saúde. Parabenizou o Conass pela realização do Seminário Internacional sobre Sistemas Universais de Saúde, possibilitando a troca de conhecimento tão importante para o setor da Saúde. Falou sobre o lançamento do Curso Ser Gestor 2025 – auto instrucional, um elemento de apoio aos mais de 4000 novos gestores municipais de saúde em todo o Brasil. Informou que o curso já está no ar e disponível a todos. Convidou a todos para participar da Oficina Nacional do Imuniza-SUS, uma mostra sobre as experiências de imunização e vacinação em todo o país, previsto para acontecer de 18 a 20 de novembro de 2024, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília. Desejou a todos uma ótima reunião.

Swedenberger Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Saúde, fez comunicados e observações sobre as circunstâncias do momento da CIT, em finalização do ciclo de 2024, enfatizando a evolução das relações tripartite e das pautas tratadas na plenária, priorizadas quanto ao alcance coletivo, sempre visando o fortalecimento do processo federativo e a harmoniosa interação entre União, estados e municípios. Compartilhou méritos da evolução das relações tripartite com as três esferas de governo e falou sobre a reunião do G20, que acontecerá no Rio de Janeiro e será presidido pelo Brasil, na qual está previsto ser apresentada uma Ação Global contra a Fome e a Pobreza. Registrou isso como um marco da presidência brasileira no G20, pela definição do tema e pela amplitude do que representa. Observou que é uma luta histórica do Presidente Lula, desde o seu primeiro mandato, e tem como elemento fundamental o combate



RESUMO EXECUTIVO 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

Data: 07/11/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

às desigualdades sociais e as iniquidades da nação, elemento essencial inserido nas políticas do Governo Brasileiro, posicionando o Brasil como um país pioneiro no processo, assumindo ordem de liderança enquanto estrategista no combate à miséria. Citou os compromissos firmado no G20 Saúde, a Declaração Ministerial sobre Mudança Climática, Saúde e Equidade e Uma Só Saúde, relacionada às mudanças climáticas e a Coalizão Global que aprova o compromisso público do G20 para a produção local e regional de medicamentos, vacinas e insumos estratégicos para a Saúde e garante autonomia e soberania das posições governamentais dos Países e das populações, sobretudo no enfrentamento dos novos eventos epidêmicos ou pandêmicos. Isso poderá dar a autonomia necessária para diminuir a dependência das nações ou países que ditam as regras de tecnologias para saúde no mundo, negligenciando aquelas populações de países mais pobres. Exemplificou o caso da produção e distribuição das vacinas que foi conduzida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), recentemente, e que não teve o resultado esperado junto as populações e países vulneráveis por interferência dos países detentores das tecnologias e do domínio da economia. Em seguida falou sobre a necessidade de otimizar as pautas das reuniões ordinárias da CIT até dezembro do presente ano em função de decisões do governo que impactam o orçamento do Ministério da Saúde, ajustes que devem preservar o conjunto de decisões e pactuações fundamentais adotadas pela CIT quanto aos planos e projetos já encaminhados e finalizou supondo a necessidade de uma Reunião Extraordinária da CIT, caso seja preciso concluir a agenda de ações programadas para esse ano. Desejou a todos uma boa reunião e abriu o bloco de apresentações e discussões.

2. APRESENTAÇÕES E DISCUSSÕES

2.1 Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente: Atualização sobre a Dengue e Arboviroses.

00:53:03 - Rivaldo Venâncio da Cunha – Secretário Adjunto de Vigilância em Saúde e Ambiente.

01:04:03 - Jurandi Frutuoso – Secretário Executivo do Conass.

01:04:56 - Swedenberger do Nascimento Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

01:09:36 - Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

01:13:24 - Tânia Mara Silva Coelho – Vice-Presidente do Conass.

01:13:50 - Rivaldo Venâncio da Cunha – Secretário Adjunto de Vigilância em Saúde e Ambiente.

Destaques:

Rivaldo Venâncio da Cunha, Secretário Adjunto de Vigilância em Saúde e Ambiente, cumprimentou a todos e apresentou os dados de atualização sobre Dengue e Arboviroses. Disse que as informações apresentadas são oriundas do Infodengue – um boletim informativo que discrimina as projeções com base em acumulados até a semana epidemiológica atual, a 42. Os principais alertas extraídos do Infodengue são:



RESUMO EXECUTIVO
10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES
TRIPARTITE

Data: 07/11/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

os estados de Roraima e Amapá apresentaram valores acima do registrado na mesma semana do ano anterior, com curva de incidência limítrofe à categorização de muito alta para Dengue; São Paulo, embora registre uma tendência de queda, apresenta um nível de incidência estimada acima do ano passado, tal qual Santa Catarina, com estimativas para novos casos categorizados no limite de muito alto; já os estados do AC, GO, MS, SP e PR registraram o mesmo quadro limítrofe, porém para Chikungunya. Apresentou os dados e painéis de monitoramento, os quais indicam que, a partir da semana 27 (início em 30 de junho), os casos prováveis de dengue têm subido, contrariando uma previsão de queda ou manutenção das incidências dos anos anteriores, destacando maior preocupação com a Região Sul onde estão presentes os maiores números de casos, e Sudeste, que, embora tenham números menores, segue o padrão de alta em referência ao ano anterior, um cenário semelhante, embora menos numerosos, em todas as regiões do país. Em um gráfico que relaciona os três principais sorotipos do vírus de Dengue circulantes, demonstrou um declínio do sorotipo 1, de maior prevalência, durante o ano, no país inteiro, enquanto o sorotipo 2 manteve-se presente, em menor proporção. A preocupação se dá pelo sorotipo 3, cuja circulação há muito não provoca uma epidemia, tem aumentado rapidamente nas últimas semanas. Fez um apelo às secretarias municipais e estaduais de saúde para que sejam concluídas as investigações sobre os óbitos com suspeita de Dengue, os quais somam mais de 1.300 no Brasil aguardando finalização, 70% destes na região Sudeste, relatando uma força tarefa entre o Ministério da Saúde e entes federados nesse intento. Nesse sentido, informou que estão sendo realizadas reuniões com as secretarias estaduais e com os Cosems para definir processos de trabalho e finalizar as investigações de óbitos pendentes no Brasil. Apresentou um quadro ranqueado dos municípios com maior incidência de casos de Dengue, comparando população, números de casos e incidências em 2023 e 2024, e que o Ministério tem se comunicado com esses entes para desenvolvimento das ações mais incisivas contra a Dengue. Chamou atenção para o esquema vacinal contra a Dengue, que tem como população alvo crianças e adolescentes entre 9 e 14 anos, e tem encontrado dificuldades de ser concluído pelo não retorno para segunda dose, estimulando as vigilâncias em saúde a fazerem a busca ativa desses jovens. Quanto as demais vacinas, concluiu justificando afirmativas que tem circulado sobre a falta de vacinas, as quais independem dos esforços do Ministério para regularização pois decorrem do descumprimento do cronograma de entrega pelos fornecedores, como a vacina da Varicela, que é um problema mundial. Disse que algumas vacinas faltaram nas unidades de saúde, mas que sempre esses problemas estão ligados aos fornecedores.

Jurandi Frutuoso, Secretário Executivo do Conass, observou que deveria ser feita uma comunicação clara a população desses problemas de quebra de contrato, ou não fabricação das vacinas, para que seja protegido



RESUMO EXECUTIVO 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

Data: 07/11/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

o sistema de saúde contra alegações descabidas. Afirmou que situações como essa, quando a informação fica presa dentro do âmbito da gestão, vulnerabiliza o SUS à opinião pública, facilmente manipulada pelos meios de comunicação, seja pela própria desinformação ou pela postura crítica ao governo ou ao SUS.

Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Saúde, aproveitou o ensejo do tema e anunciou as medidas tomadas pelo MS na solução desse e de outros problemas relacionados à informação e dados vacinais no território brasileiro. Citou um painel de monitoramento que tem sido desenvolvido nas áreas técnicas do ministério em parceria com o Conass e Conasems, o qual deve traduzir os dados de vacinação, enviados pelos estados e municípios, bem como as aquisições, status de abastecimento e estoque das vacinas, nos níveis central e descentralizados, em um painel de acesso público, atualizado diariamente. Esclareceu que discussões sobre essa plataforma tem sido priorizada, cujo prazo para o próximo ano deve ser reduzido ainda para esse, com previsão de pactuação na 11ª Reunião Ordinária da CIT de novembro de 2024. Concluiu dizendo que o status sobre as vacinas, de responsabilidade do Ministério da Saúde, será publicizado permanentemente a partir do Painel, que fornecerá as informações fundamentais e necessárias para a discussão com a imprensa e com a sociedade.

Hisham Mohamad Hamida, presidente do Conasems, falou que a questão do desabastecimento e estoque crítico das vacinas está presente há mais de 10 anos, muito devido ao processo de aquisição, cuja burocracia administrativa é replicada para esse tipo de insumo, requerendo um aperfeiçoamento da administração pública. Parabenizou o Ministério da Saúde e disse que a construção do painel proposto constitui um grande avanço para a política de imunização, especialmente diante dos movimentos crescentes anti-vacina. Pontuou a urgência em atualizar as diretrizes para enfrentamento da Dengue e demais arboviroses, datadas de 2009, e buscar novas diretrizes que integrem as ações dos entes nacional e subnacionais. As diretrizes devem abranger as novas tecnologias e ter um olhar mais apurado para os municípios com menos de 100 mil habitantes. Outro ponto preocupante para o Conasems é sobre o diagnóstico diferencial entre Dengue e Chikugunya, em que deve ser estruturado um modelo de testagem que facilite os diagnósticos das arboviroses. Colocou a equipe do Conasems a disposição para construir as diretrizes e o que for necessário à atualização das ações conjuntas de enfrentamento. Pediu que os gestores municipais que estão deixando a gestão não desmobilizem as equipes técnicas.

Tânia Mara Coelho, Vice-Presidente do Conass, parabenizou o Ministério da Saúde pela iniciativa do Painel e da necessidade de se antecipar na comunicação, disponibilizando esforços do Conass para colaborar na sua construção. Ressaltou a importância da fala do Conasems, considerada importante diante da transição



RESUMO EXECUTIVO

10^a REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

Data: 07/11/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

daqueles secretários municipais em saída da gestão e que todos precisam trabalhar para que não se gere descontinuidade das ações sanitárias e cresçam os riscos epidêmicos das arboviroses.

Rivaldo Venâncio da Cunha, Secretário Adjunto de Vigilância em Saúde e Ambiente, informou que na semana dedicada às Arboviroses, nos dias 23 e 24 de novembro, será publicada a versão atualizada das Diretrizes das Arboviroses, que contou com a participação e contribuições dos técnicos do Conass e do Conasems. Quanto ao diagnóstico diferencial, explicou que ocorreram várias reuniões para tratar do assunto, capacitações para melhorar esse tipo de diagnóstico, especialmente no âmbito municipal, que sofre o maior impacto dessas ações. Complementou anunciando a disponibilização de uma equipe do Ministério da Saúde em suporte ao estado de Mato Grosso com esforços direcionados ao controle da Chikungunya, em especial crescimento na região, e melhorar a rede de arboviroses.

2.2 Secretaria Executiva: Estratégia de Monitoramento de Aquisição e Estoque de Medicamentos, Vacinas e Insumos Estratégicos.

1:16:30 - Laína Pertenella Ferreira – Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva do MS e Paula Xavier dos Santos – Diretora do DATASUS.

01:26:46 - Swedenberger do Nascimento Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

01:30:28 - Tânia Mara Coelho – Vice-presidente do Conass.

01:31:11 - Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

Destaques:

Laína Pertenella Ferreira, Chefe de Gabinete da SE, contextualizou o tema explicando da necessidade de uma visão integrada e tempestiva sobre aquisições, estoques e dispensação de medicamentos, vacinas e insumos estratégicos para o aprimoramento da gestão e transparência pública. Assim, na intenção de superar a fragmentação das informações relativas aos estoques e movimentações logísticas desses produtos para saúde, está em avançado desenvolvimento, pelo Ministério da Saúde em colaboração com os estados, DF e municípios, uma plataforma de integração dos diferentes bancos de dados em um ecossistema de informações, dispostos em um Painel dinâmico de Monitoramento. Os objetivos são: aprimorar os processos e as tecnologias de monitoramento e avaliação das aquisições centralizadas, estoques e dispensações de medicamentos, vacinas e insumos estratégicos do SUS e monitorar os elencos de medicamentos das Relações Nacional, Estadual e Municipal de Medicamentos Essenciais (RENAME, RESME e REMUNE, respectivamente) e os insumos estratégicos.

Paula Xavier dos Santos, diretora do DATASUS, apresentou o fluxo de interoperação das informações que operacionalizará o ecossistema de informações. Descreveu o processo partindo dos sistemas de informações primários, responsáveis pela coleta e envio de dados de prescrições e dispensações na assistência, os quais



RESUMO EXECUTIVO 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

Data: 07/11/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

enviam seus dados para os ambientes intermediários, a Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) e a Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica (BNFAR), que integram essas informações, acrescidas àquelas enviadas pelo sistema de compras do MS, e as disponibilizam no Painel de Monitoramento. Nesse ínterim, portarias têm sido discutidas para adequar os envios de dados dos sistemas próprios de estados e municípios à essa base de dados integradas, bem como a implementação de linguagens específicas para o tratamento das informações, esta sendo a Ontologia Brasileira de Medicamentos (OBM) para os medicamentos, e o Catálogo de Materiais (CATMAT) para insumos e materiais para saúde. Apresentou o cronograma de entrega para o Painel com as seguintes etapas: 1 – Adequação e aprimoramento do Monitoramento da Posição de Estoque de Medicamentos, vacinas e insumos estratégicos pelo MS (dezembro/2024); 2 – Primeira versão do Painel com a posição de estoques, medicamentos, vacinas e estoques estratégicos (fevereiro/2025); 3 – Painel finalizado e em funcionamento, integrando as funcionalidades previstas (abril/2025), com atualizações disponibilizadas um dia após o recebimento dos entes estaduais e municipais. Explicou que o Painel irá possibilitar uma visão de Gestão de Estoques, bem como o status de compras centralizadas e dispensação de medicamentos em tempo real. Apresentou os próximos passos, sendo o primeiro a pactuação de três portarias estruturantes do processo, a da implementação da OBM, do modelo de prescrição e dispensação de medicamentos da RNDS e da atualização da BNAFAR. O segundo consiste na estruturação de um grupo de trabalho tripartite para elaboração do Plano de Ação para adequação dos sistemas de informação, previsto para novembro de 2024. Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Saúde, destacou que essa é uma das medidas estruturantes mais importantes que o Ministério da Saúde está tomando sobre informação pública e, ao mesmo tempo, de organização de processos para a gestão do SUS. Citou uma outra ação importante do Ministério, o SUS Digital, com 100% dos entes aderindo ao programa, destacando a importância do desenvolvimento desse tipo de ação que aproxima a população das informações sobre seu Sistema de Saúde. Esse assunto foi tratado no Supremo Tribunal Federal, na Advocacia Geral da União e Tribunal de Contas da União, que concordaram com a iniciativa do Ministério, mostrando que os grandes órgãos da República se associam a essa iniciativa. Convocou o Conass e o Conasems para colaborarem no que for necessário para, juntos, pactuarem tudo na próxima CIT.

Tânia Mara Coelho, Vice-presidente do Conass, disse que estão acompanhando o trabalho do Painel e que os técnicos do Conass estão à disposição para o trabalho proposto.

Hisham Mohamad Hamida, presidente do Conasems, parabenizou pela iniciativa e colocou os técnicos do Conasems à disposição, informando que aquela instituição já está acompanhando os trabalhos.



RESUMO EXECUTIVO
10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES
TRIPARTITE

Data: 07/11/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

2.3 Secretaria de Atenção Primária à Saúde – Apresentação da Versão 5.3 do E-SUS APS.

01:31:40 - Felipe Proenço de Oliveira – Secretário de Atenção Primária à Saúde.

01:43:45 - Tânia Mara Coelho – Vice-presidente do Conass.

01:44:30 - Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

Destaques:

Felipe Proenço de Oliveira, Secretário de Atenção Primária à Saúde, cumprimentou a todos os participantes da CIT e fez referência à lógica da estruturação dos sistemas de informações e interoperabilidade dos dados da nova versão do e-SUS APS e seu Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) com o ecossistema descrito anteriormente, do Painel de Monitoramento. Apresentou uma linha temporal do desenvolvimento do Sistema e-SUS APS, que vem sendo desenvolvido desde 2011, resultando na versão atual de 2024, destacando o processo evolutivo do sistema, cada vez mais se adequando às necessidades de conectividade das Unidades de Saúde, Equipes da Família em territórios isolados, comunidades quilombolas e aldeias indígenas. Demonstrou mapas dinâmicos que marcam a mudança do sistema de coletas off-line para o envio dos dados através do PEC, que, em 2024, alcança cerca 76% dos municípios. O restante, em sua maioria, utiliza sistemas próprios. Esse modelo de prontuário on-line alcança, hoje, 4.164 municípios, 28.813 estabelecimentos e 57.795 equipes de saúde da família. Explicou da interoperabilidade do Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB), do PEC e-SUS APS e a RNDS, que processa esses dados integrados e permite envio periódico para a Rede de Nacional de dados. Apresentou também o e-SUS Território, uma aplicação digital que permite o georreferenciamento das famílias cadastradas nas UBS, possível de ser acessada por aparelhos tablets ou smartphones, possibilitando o registro das visitas domiciliares de forma rápida, segura e integrada ao PEC. Finalizou citando as novidades do PEC: unificação de base de dados; configuração em https, mais rápida, ágil e segura no envio dos dados; ferramenta de vídeo-chamada, que deve facilitar o acesso à telessaúde; importação dos beneficiários do Bolsa Família, potencializando a gestão do cuidado no ato do atendimento; e novo campo para inserção do nome social do profissional de saúde, o que torna o PEC mais inclusivo.

Tânia Mara Coelho, vice-presidenta do Conass, parabenizou o feito e disse que essa inovação vai possibilitar o uso do sistema por um maior número de profissionais, o que vai fortalecer a atenção primária. Hisham Mohamad Hamida, presidente do Conasems, parabenizou e disse que essas são mudanças muito importantes para que o profissional de saúde possa entender a importância de alimentação dos sistemas por intermédio dos dados coletados, o que vai permitir que a Atenção Básica seja realmente a ordenadora e a coordenadora do cuidado. Disponibilizou o Conasems para colaborar com o desenvolvimento dos sistemas.



RESUMO EXECUTIVO
10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES
TRIPARTITE

Data: 07/11/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

2.4 Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES) – Apresentação do Trabalho sobre a Institucionalização da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer (PNPCC) na rede de Atenção das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde.

01:45:20 - Adriano Massuda – Secretário da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

01:46:40 - José Barreto Campelo Carvalheiras – Coordenador-Geral da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer.

01:54:45 - Tânia Mara Coelho – Vice-presidente do Conass.

01:55:46 - Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

Destaques:

Adriano Massuda, Secretário de Atenção Especializada à Saúde, cumprimentou todos os membros da CIT e elogiou os avanços tecnológicos da Atenção Primária e que espera que aconteça também esses avanços na atenção especializada. Agradeceu ao Conass e ao Conasems pelas contribuições no desenvolvimento da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer (PNPCC) e a parceria feita com o Instituto Nacional do Câncer (INCA) no desenvolvimento desta Política.

José Barreto Campelo Carvalheiras, Coordenador-Geral da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer, informou que foi encaminhado ao Conass e ao Conasems as propostas de instituição da Rede do Câncer. Apresentou informações sobre o número de casos em cada ano. Em 2019, foram mais de 19 milhões de casos com mais de 10 milhões de mortos, com tendência de aumento de incidência devido ao envelhecimento da população. Atentou que o Brasil tem a segunda posição entre as mortes prematuras devido ao câncer no mundo. Seguiu apresentando a proposta de linha de cuidado do Câncer, que versa sobre as ações de promoção à saúde e prevenção primária, o rastreamento e detecção, o diagnóstico do início do tratamento e à fase de cirurgia, radioterapia e quimioterapia. Um conjunto de ações que foram definidas a partir das reuniões do GT de Atenção Especializada da CIT, realizadas com o Conass e o Conasems. Disse que o trabalho realizado tem como base o que está previsto na Lei 14.758/2023, que institui a PNPCC, uma política transversal que dispõe de arranjos políticos, programas e ações com outras áreas. No Ministério, as secretarias de Atenção Primária, de Ciência e Tecnologia, de Vigilância, de Educação em Saúde, de Saúde Digital e a Secretaria Executiva têm trabalho juntas para concepção da política. Falou sobre os objetivos, as diretrizes, em que se destaca a organização do cuidado na lógica de redes de atenção regionalizadas e descentralizadas, considerando os critérios de acesso oportuno, de escala, de escopo, de segurança do usuário e da qualidade do cuidado e as normas que estão sendo criadas para conter os diferentes elementos da política, como uma portaria com acesso ao diagnóstico oportuno - uma portaria geral; uma segunda portaria para navegação; uma terceira portaria para a atenção oncológica. Destacou que a participação das



RESUMO EXECUTIVO 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

Data: 07/11/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

secretarias está sendo feita de forma organizada (SAPS, SVSA, SEIDIGI, SECTICS, SGTES). Finalmente, falou sobre o Grupo de Trabalho da Atenção Especializada, que vem trabalhando junto ao Conass e ao Conasems na elaboração das portarias e do Plano Operacional para a Rede de Oncologia e do cronograma de trabalho para que essas portarias sejam pactuadas no ano de 2024.

Tânia Mara Coelho, vice-presidente do Conass, parabenizou a todos e destacou a importância da participação de todas as secretarias do Ministério da Saúde no trabalho descrito. Convidou a equipe da SAES e o secretário Adriano Massuda para ir ao Ceará conhecer o trabalho que está sendo feito no Estado. Hisham Mohamad Hamida, presidente do Conasems, parabenizou a iniciativa e o trabalho do Ministério, do Conass e do Conasems e falou da importância do tema e do desafio de fazer a integração com todas as áreas do Ministério da Saúde, sobretudo com a Atenção Primária em Saúde – ordenadora e coordenadora do cuidado. A integração na construção da política e das ações com todos os interessados é que vai determinar o sucesso da implantação da rede de ação do Câncer no SUS. Disse para contar com os 5.570 municípios do Brasil.

José Barreto Campelo Carvalheiras, Coordenador-Geral da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer, exaltou a união entre as áreas do Ministério da Saúde, o Conass e o Conasems na construção do conjunto de normas que vão promover o combate ao Câncer.

2.5 Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES) – Programa Nacional de Redução de Filas.

01:57:50 - Débora Spalding Verdi – Coordenadora-Geral de Regulação Assistencial.

02:06:45 - Tânia Mara Coelho – Vice-Presidenta do Conass.

02:07:38 - Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

02:09:55 - Rivaldo Venâncio da Cunha – Secretário Adjunto de Vigilância em Saúde e Ambiente.

02:10:52 - Adriano Massuda – Secretário de Atenção Especializada à Saúde.

Destaque

Débora Spalding Verdi, Coordenadora-geral de Regulação Assistencial, cumprimentou a todos e apresentou uma atualização sobre o Programa Nacional de Redução de Filas no período de 2023 a 2024 e a revisão do Programa para 2025. Mostrou a integração entre o Programa de Redução de Filas com o Programa Mais Acesso a Especialistas, que tem como consequência a integração entre a atenção ambulatorial e o componente cirúrgico do Programa Mais Acesso a Especialistas, quando necessário. Fez um histórico sobre os programas criados no início de 2023, que tem a finalidade de expandir a realização de cirurgias eletivas em todo território nacional e falou sobre as características dos Programas. Explicou que a base das metas e do financiamento são as informações e projetos oriundos dos 26 estados. Mostrou que o programa foi



RESUMO EXECUTIVO 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

Data: 07/11/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

iniciado com um orçamento de R\$ 600 milhões, em 2023 e 1,2 bilhões em 2024, além dos recursos orçamentários dos estados e municípios. Os valores repassados têm como base recursos antecipados aos fundos estaduais e municipais, uma ação monitorada pelos indicadores pactuados a partir dos planos de ação no Grupo Trabalho de Atenção Especializada em Saúde. Houve um aumento nos indicadores previstos para as cirurgias, fila de espera, procedimento entre outros com taxa de expansão de 20% e produção de cirurgias eletivas maior que 30%. Elencou o rol das 10 cirurgias que foram mais realizadas nos anos de 2023 e 2024, em que, comparativamente, tem sido projetado um crescimento de 40% destes procedimentos priorizados. Finalizou explicando sobre as dificuldades para a execução do Programa, como a falta de médicos, e mostrou os dados dos procedimentos de Oncologia e Neurologia.

Tânia Mara Coelho, Vice-presidente do Conass, disse que os estados estão mais organizados para esse Programa e estão se aperfeiçoando. Solicitou ao Ministério a revisão da tabela de procedimentos de órteses e próteses para ortopedia, considerada um grande gargalo. Solicitou mais recursos para continuar os procedimentos, visto muitos terem sido glosados, cabendo a estados e municípios dispor desse financiamento. Falou da evolução que o programa trouxe para a realização de cirurgias e a importância das ações tripartites para melhorar os indicadores.

Hisham Mohamad Hamida, presidente do Conasems, comentou a evolução da redução de filas entre os anos de 2023 e 2024, considerando o crescimento como mais segurança para o serviço na ponta. Ressaltou o trabalho paralelo dos estados e municípios em também dispor de seus próprios programas para redução de filas, porém, lembrou da dificuldade em algumas especialidades, caso que precisa ser priorizado pelo MS ao observar aqueles entes que não estão conseguindo efetivar o programa. Citou o Programa de Especialidades como uma alternativa de dirimir essas dificuldades.

Rivaldo Venâncio da Cunha, Secretário Adjunto de Vigilância em Saúde e Ambiente, fez o registro de ter participado na segunda-feira, dia 4 de novembro, do lançamento, pela Secretaria de Atenção Especializada em Saúde, do mutirão para crianças vítimas das sequelas de Zika congênita, com a colaboração dos estados do Nordeste.

Adriano Massuda, Secretário de Atenção Especializada à Saúde, comentou sobre a rede de Prevenção e Controle do Câncer e o desequilíbrio que afeta o sistema de saúde nesse ponto, afirmando que todo o esforço dessa Rede vem no intuito de reequilibrá-lo. Apontou pontos específicos que o afeta, desde a falta de diagnóstico no tempo certo, problemas graves de informação, tratamentos iniciados em fases de estadiamento avançado, cujos altos custos oneram todo o sistema, o contrário do que aconteceria caso houvesse um diagnóstico e tratamento precoce. O esforço de reorganizar a rede é para focar na capacidade



RESUMO EXECUTIVO 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

Data: 07/11/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

de ampliação dos serviços de saúde em produzir diagnósticos no tempo oportuno, fortalecer as ações articuladas com Atenção Primária e desempenhar um cuidado mais eficiente ao longo do sistema. A transformação que deve ser feita para integrar o cuidado passa por todo o conjunto de ações de articulação entre os serviços da rede e os sistemas de informação que a operam. Assim, as ações precisam ser articuladas entre as secretarias e o Conass e o Conasems, para que um programa de alta complexidade como esse, dê certo. É uma rede funcionando de maneira articulada no Sistema Único de Saúde, conferindo-lhe maior eficiência para controle e tratamento do Câncer. Finalizou com a perspectiva de trazer para a próxima CIT as portarias que estruturam a rede e o financiamento dos medicamentos oncológicos. Quanto ao Programa Nacional de Redução de Filas, observou a força e assertividade do SUS. Falou que o aumento expressivo das cirurgias eletivas vem atender uma demanda reprimida, que foi consequência da má administração do governo anterior, especialmente pelo nível de investimento atual dedicado à expansão do programa. Fez um comparativo entre as margens de investimento do ano anterior e desse, e a necessidade de ajustes para caber no plano orçamentário do governo, oportunizando um exercício de eficiência na alocação dos recursos. Anunciou que será realizada uma revisão do Programa, o qual passará a ser denominado de Mais Especialistas Componente Cirurgias, articulado com o Programa Mais Especialistas, integrando consultas e exames de maneira conjunta evitando a fragmentação do serviço e desperdícios decorrentes, o que deve conferir uma maior previsibilidade aos gestores, ajudando a todos os gestores a se programarem e viabilizarem o monitoramento do Programa, além de possibilitar a revisão de tabela de procedimentos e apoio aos estados e aos municípios.

3. DISCUSSÕES E PACTUAÇÕES

3.1 Secretaria de Atenção Primária à Saúde – Minuta de Portaria de repasse do Incentivo Financeiro para Promoção da Equidade na Organização dos Cuidados em Alimentação e Nutrição na Atenção Primária à Saúde, com base na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN).

02:19:31 - Felipe Proenço de Oliveira – Secretário de Atenção Primária à Saúde.

02:20:00 - Gilmara Lúcia dos Santos – Diretora do Departamento de Prevenção e Promoção da Saúde.

02:34:00 - Tânia Mara Coelho – Vice-presidente do Conass.

02:34:48 - Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

Destques:

Gilmara Lúcia dos Santos, Diretora do Departamento de Prevenção e Promoção da Saúde, apresentou o incentivo financeiro para promoção da equidade na organização dos cuidados em alimentação e nutrição na Atenção Primária à Saúde, caracterizando-o como uma ação decorrente da responsabilidade do MS em priorizar a equidade alimentar e o fortalecimento da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN).



RESUMO EXECUTIVO
10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES
TRIPARTITE

Data: 07/11/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

Trata-se de um incentivo de custeio para o apoio às ações de alimentação e nutrição, baseadas no PNAN, para secretarias estaduais e municipais, no modelo de transferência fundo-a-fundo. Destacou os quatro eixos da Política de Alimentação e Nutrição: promoção da alimentação adequada, vigilância alimentar e nutricional, prevenção dos agravos relacionados à alimentação e qualificação da força de trabalho. Situou o país como uma referência internacional na construção de um guia alimentar específico para crianças menores de dois anos, além do guia alimentar para idades posteriores, atrelando-o ao princípio do incentivo ao aleitamento materno e alimentação complementar quando necessários. Destacou, no âmbito da vigilância alimentar e nutricional, a agenda de combate à desnutrição, sobrepeso e obesidade, transversal à todas as ações citadas, e sua interseccionalidade com a política de educação permanente para qualificação da força de trabalho em alimentação e nutrição. Traçou histórico do financiamento de alimentação e nutrição, iniciado em 2006, quando os recursos eram direcionados aos estados e capitais, evoluindo gradativamente, atrelando o repasse à índices demográficos, contemplando, cada vez mais novos entes federados, culminando em 2023, com retomada do Brasil sem Fome, cujo aporte financeiro alcança a cifra de R\$ 25 milhões, em contraste com os R\$ 1.820 milhões do início da série histórica, chegando, em 2024, à universalização dos recursos para todos os municípios do país, priorizados por critérios de equidade e maus índices nutricionais. O novo recurso, aprovado em Lei de Orçamentária Anual, computa a cifra de R\$140 milhões, com repasse anual único para as secretarias estaduais e municipais. Discorreu sobre os critérios de distribuição de repasses, em que, para os estados, mantém-se critério de porte populacional, ranqueados em quatro grupos. Para os municípios, os valores serão propostos pela soma de três elementos: porte populacional (IBGE, 2022), índice de vulnerabilidade social (IPEA, 2010) e frequência de má nutrição (SISVAN, 2023), indicador vinculado à já citada agenda de combate à desnutrição, sobrepeso e obesidade. No ínterim do desafio de trabalho intersetorial e interfederativo, apontou a bem-vinda aproximação do DEPPROS com as secretarias estaduais e municipais, um importante passo para o fortalecimento da Política de Prevenção e Promoção da Saúde no sistema subnacional e nas especificidades territoriais. Apresentou os indicadores de alimentação e nutrição, que deve incentivar a cobertura do estado nutricional e dos marcadores de consumo alimentar dos indivíduos acompanhados, por parte dos estados, Distrito Federal e municípios, enquanto se firma o compromisso federal em incluir nos seus instrumentos de planejamento, Plano Plurianual e Plano Nacional de Saúde, metas e indicadores voltados para o monitoramento da PNAN. Finalizou exaltando a importância primária dessa agenda, premente para saúde de um indivíduo antes de qualquer outra ação de saúde, já que a alimentação saudável é a base de um bom funcionamento orgânico, uma premissa cara à política social e de saúde do governo federal.



RESUMO EXECUTIVO
10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES
TRIPARTITE

Data: 07/11/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

Tânia Mara Coelho, Vice-presidente do Conass, manifestou-se pela pactuação, ressaltando a importância do tema e, por esse motivo, nos anos que seguem a sua implementação, que seja uma pauta trazida à discussão com antecedência e com a devida atenção que ela merece.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, também se manifestou pela pactuação, corroborando a fala do Conass no sentido de que seja dedicado um maior tempo para o planejamento de uma ação de suma importância no resgate da dignidade alimentar do cidadão, o que possibilitaria uma melhor mobilização dos processos de trabalho dos estados e municípios, especialmente atrelando-a à Atenção Primária à Saúde.

Encaminhamento: Pactuada a proposta de portaria de repasse do Incentivo Financeiro para Promoção da Equidade na Organização dos Cuidados em Alimentação e Nutrição na Atenção Primária à Saúde.

3.2 Secretaria de Atenção Primária em Saúde (SAPS) – Minuta de Portaria que altera as Portarias de Consolidação GM/MS nº 2 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a organização, a estrutura que operacionaliza a atenção à saúde das populações ribeirinhas e sobre o incentivo federal de custeio das equipes de Saúde da Família Ribeirinha, no âmbito da Atenção Primária em Saúde do Sistema Único de Saúde.

02:36:15 - Felipe Proenço de Oliveira – Secretário de Atenção Primária à Saúde.

02:42:50 - Tânia Mara Coelho – Vice-presidente do Conass.

02:43:43 - Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

Destaque:

Felipe Proenço de Oliveira, Secretário de Atenção Primária à Saúde, introduziu o tema da portaria aludindo à Portaria GM/MS nº 3.493/24, que institui uma nova metodologia de financiamento federal da atenção primária no SUS e as oportunidades decorrentes desse novo modelo, agora materializado numa estratégia para o fortalecimento do cuidado da população ribeirinha e, a primeira de série de estratégias voltadas para populações específicas, como equipes de atenção primária prisional, consultório na rua, entre outras. Discorreu sobre a importância do aumento dos cadastramentos de unidades de saúde fluviais e equipes dedicadas a atender comunidades isoladas e vulneráveis, dependentes dos fluxos fluviais para deslocamento e alcance de um atendimento. Destacou o papel de promoção de equidade dessas equipes na promoção da equidade em saúde, elencando os objetivos da estratégia para tal: enfrentamento das desigualdades em saúde, com ampliação do cuidado integral; fortalecimento do trabalho multiprofissional para o cuidado da população ribeirinha; e implementação de um financiamento federal adequado para o custeio das equipes de saúde da família ribeirinha (eSFR), atuantes na Amazônia Legal e pantanal Sul-Mato-Grossense. Pontuou como avanços da proposta o aumento do custeio de implantação da eSFR para R\$ 50 mil; a inclusão de custeio para veículos tipo pick-up 4x4; a ampliação do número de profissionais de nível superior de 2



RESUMO EXECUTIVO 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

Data: 07/11/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

para 4; e o aumento do custeio dos componentes extras, inseridos aí o aumento do valor fixo de custeio de R\$ 13,9 mil para R\$24 mil; incentivo financeiro para embarcação de R\$ 2,6mil para R\$ 5 mil; custeio para aquisição veicular de R\$ 5 mil; aumento do incentivo financeiro para unidades de apoio, além das embarcações, de R\$2,6 mil para R\$ 4,5mil; e aumento do incentivo financeiro para profissional de nível superior de R\$ 2,5 mil para R\$ 5 mil. Calculou, em termos de investimento anual na eSFR, um aumento de 29,9%. Finalizou cumprimentando a equipe da Estratégia de Saúde Comunitária e de Acesso e Equidade do MS, responsáveis pela elaboração da estratégia.

Hisham Mohamad Hamida, Presidente do Conasems, considerou a estratégia como uma das mais importantes pontuações que houve no ano corrente, pela atenção primária, especialmente para as secretarias da Região Norte, que enfrentam de perto as dificuldades relatadas, e puderam contribuir ativamente com a construção da estratégia. Por fim, manifestou-se pela pontuação.

Tânia Mara Coelho, Vice-presidente do Conass, parabenizou o Secretário da Atenção Primária à Saúde pela iniciativa e dedicou especial reconhecimento aos profissionais de saúde que atuam nessas áreas, considerando-os verdadeiros heróis e heroínas da saúde. Manifestou-se pela pontuação.

Encaminhamento: Pactuada a proposta de portaria que altera as Portarias de Consolidação GM/MS nº 2 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a organização, a estrutura que operacionaliza a atenção à saúde das populações ribeirinhas e sobre o incentivo federal de custeio das equipes de Saúde da Família Ribeirinha.

3.3 Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente – Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) – Proposta de inclusão dos antirretrovirais: Darunavir 800mg, Dolutegravir 5mg, Raltegravir 100mg, Fostensavir 600mg, Dolutegravir 50mg + Lamivudina 50mg, na RENAME 2024.

2:45:15 - Artur Olhovetchi Kalichman – Coordenador-Geral de Vigilância do HIV/AIDS e das Hepatites Virais.

02:50:23 - Tânia Mara Coelho – Vice-presidente do Conass.

02:50:45 - Hisham Mohamad Hamida – Presidente do Conasems.

Destaques:

Artur Olhovetchi Kalichman, Coordenador-Geral de Vigilância do HIV/AIDS e das Hepatites Virais apresentou a proposta de inclusão de antirretrovirais na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais do SUS (RENAME). Adiantou que tais medicamentos já estão incorporados e tem sua forma de custeio centralizada no Ministério da Saúde, responsável por suas aquisições, distribuição e dispensação por meio do Programa Nacional de DST/AIDS. São eles: Dolutegravir sódico 5mg, na forma de comprimidos



RESUMO EXECUTIVO 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE

Data: 07/11/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

dispersíveis, considerado uma inovação no tratamento de primeira linha, em combinação ou outros antirretrovirais, a partir de 4 semanas de idade, que oferece o benefício de redução do risco de resistência viral ao tratamento para essa população. Seu impacto financeiro está orçado, no primeiro ano, em R\$ 9,3 milhões, atendendo uma média de 849 indivíduos, acumulando, no quinquênio, uma estimativa de R\$35,6 milhões. Darunavir, comprimido revestido de 800mg, indicado para o tratamento de pessoas vivendo com HIV em falha virológica ao esquema de primeira linha, com a praticidade posológica de um comprimido ao dia, o que implica na melhor adesão ao tratamento e redução de efeitos adversos aos antirretrovirais de múltiplas doses. Seu impacto orçamentário alcança, no primeiro ano, R\$ 122,5 milhões e estima-se R\$ 671 milhões em 5 anos. Raltegravir potássico de 100mg, na forma granulada, utilizado como profilaxia da transmissão vertical do HIV em crianças neonatais com risco de exposição ao vírus. Tem o benefício de menor toxicidade e menor risco de resistência viral. Seu impacto financeiro, no primeiro ano, alcança o valor de R\$ 1,1 milhões e prevê, em cinco anos, uma estimativa de R\$ 6 milhões. Dolutegravir + Lamivudina 50mg/300mg, um esquema combinado indicado como regime completo para o tratamento da infecção por HIV-1 em adultos e adolescentes acima de 12 anos. Apresenta o benefício de menor toxicidade renal e óssea, adesão facilitada e redução da carga medicamentosa. Seu custo anual, por paciente, é de R\$ 2 mil. Fostensavir trometamol, 600mg em comprimidos de liberação prolongada, indicado para o tratamento de indivíduos adultos vivendo com HIV multirresistentes aos antirretrovirais de 3ª linha de tratamento. Tem alta eficácia em casos de múltipla resistência viral, boa tolerabilidade, utilizado em casos de progressão da doença, sendo capaz de evitar internações hospitalares. Seu impacto financeiro anual gira em torno de R\$10,7 milhões, atendendo 72 indivíduos, alcançando em 5 anos o valor de R\$ 247,3 milhões, para 769 pacientes.

Tânia Mara Coelho, vice-presidenta do Conass, manifestou-se pela inclusão.

Hisham Mohamad Hamida, presidente do Conasems, manifestou-se pela inclusão.

Encaminhamento: Pactuada a inclusão dos antirretrovirais na RENAME 2024.

4. INFORMES

- 4.1. Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) – A Saúde Indígena: Ações de Saúde para o Povo Yanomami.
- 4.2. Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) – Programa Mais Médicos.
- 4.3. Secretaria Executiva (SE) – Situação de entrega dos Relatórios de Gestão (2018 a 2023) no Brasil.
- 4.4. Conselho Nacional de Saúde (CNS) – 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde - 4ª CNGTES.



**RESUMO EXECUTIVO
10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES
TRIPARTITE**

Data: 07/11/2024.

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo (OPAS).

4.5. Conselho Nacional de Saúde (CNS) – 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – 5ª CNSTT.

*Os documentos, lista de presença, apresentações e resumo executivo estão disponíveis em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/gestao-do-sus/articulacao-interfederativa/cit>